

Para acessar o relatório completo clique [aqui](#).

1. ORÇAMENTO DE 2018

O Decreto nº 9.276, de 2 de fevereiro de 2018, estabeleceu a programação orçamentária e financeira do Poder Executivo para 2018. A programação não indicou necessidade de contingenciamento de despesas, mas constituiu reserva orçamentária para o risco de frustração das receitas provenientes da desestatização da Eletrobrás e para realocação de dotações. Embora o relatório contendo a avaliação que subsidiou o decreto de programação ainda não tenha sido publicado, parte da análise já foi divulgada pelo governo¹.

O RAF de janeiro de 2018² chamou atenção para medidas em tramitação no Congresso Nacional consideradas na elaboração do orçamento de 2018 mas sob risco de não aprovação, o que traria impactos nas receitas e despesas e, conseqüentemente, no resultado primário da União. Por ocasião da programação financeira do exercício, boa parte desses riscos fiscais será contemplada.

Segundo análise do governo, a reserva orçamentária no decreto de programação, no valor de R\$ 16,2 bilhões, visa acomodar o risco de frustração das receitas provenientes da desestatização da Eletrobrás. A reserva ainda contempla a necessidade de realocação de despesas para outras finalidades. Como o déficit primário previsto no orçamento está menor que a meta do exercício, a diferença será utilizada para reduzir o valor da reserva no decreto. A Tabela 14 detalha a composição dessa reserva:

TABELA 14. PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA – FEVEREIRO (R\$ BILHÕES)

A. Receitas provenientes da desestatização da Eletrobrás	12,2
B. Sobre em relação à meta de resultado primário	4,2
C. Bloqueio de Despesas (A - B)	8,0
D. Readequação orçamentária	8,2
E. Reserva Decreto (C + D)	16,2

Fonte: Ministério do Planejamento. Elaboração: IFI.

Vale observar que as receitas com a desestatização da Eletrobrás continuam previstas na reavaliação de fevereiro. Ocorre que, devido ao risco associado à medida, optou-se pela constituição de reserva pelo lado da despesa, formada a partir do bloqueio de outras dotações orçamentárias.

A reavaliação de receitas e despesas primárias teve um impacto líquido de R\$ 728,1 milhões, fazendo com que o déficit primário previsto para o exercício tenha caído de R\$ 155,5 bilhões para R\$ 154,8 bilhões, uma sobre em relação à meta de R\$ 4,2 bilhões (a Tabela 15 detalha as alterações nos itens de receitas e despesas). Dessa forma, não foi identificada necessidade de contingenciamento de gastos.

Embora seu efeito líquido seja pequeno, a reavaliação das receitas e despesas acomoda os impactos da frustração de parte das medidas em tramitação no Congresso. Uma delas é a que visa alterar a incidência do imposto de renda sobre fundos de investimentos fechados (MP 806)³. Como não teve seu processo de aprovação concluído em 2017, a exigência

¹ Disponível em: <http://bit.ly/2shomfV>.

² Disponível em <http://bit.ly/2GYZFbj>.

³ Discussão mais detalhada sobre esta medida pode ser encontrada no RAF de novembro, disponível em <http://bit.ly/2Ar9zlk>.

do cumprimento do princípio da anterioridade⁴ impede o recolhimento da receita ainda em 2018. O aumento da receita estava estimado em R\$ 6 bilhões.

Também foram revertidos os impactos da MP 805, que posterga aumentos salariais para servidores do Executivo e eleva a alíquota da contribuição previdenciária do servidor público (CPSS). O STF concedeu liminar com efeito suspensivo e o plenário ainda não apreciou em definitivo a matéria, tendo sido já pagos com reajuste os salários de janeiro. Uma vez concedido o aumento, dificilmente a MP terá efeito financeiro na despesa de 2018. O adiamento dos reajustes traria uma economia de R\$ 5,1 bilhões nas despesas, enquanto a elevação da alíquota da CSSP geraria receitas da ordem de R\$ 1,8 bilhão.

Os gastos vinculados ao salário mínimo foram reduzidos em função da diferença entre o valor considerado na LOA (R\$ 979,00) e o valor vigente em 2018 (R\$ 954,00). O salário mínimo deste ano representa um aumento de 1,81% em relação ao de 2017 (R\$ 937,00). Vale lembrar que, não obstante a correção tenha sido inferior à inflação observada em 2017 (de 1,81% ante 2,07%), a previsão legal (Lei 13.152/15), contempla projeção da inflação do mês de dezembro para efeito de fixação de valor do salário mínimo do ano seguinte. A economia gerada em função da menor inflação é de R\$ 3,4 bilhões.

Por fim, citam-se outros fatores que impactaram a reavaliação de receitas e despesas realizada por conta da programação financeira de fevereiro:

- Reestimativa na despesa de subsídios e subvenções, sobretudo para honrar compromissos já assumidos no âmbito do PSI;
- Elevação do ressarcimento ao RGPS pela desoneração da folha, devido à não aprovação pelo Congresso Nacional do Projeto de Lei nº 8.456/2017, que trata da reoneração da folha de pagamentos;
- Elevação na previsão com receitas da exploração de recursos naturais tendo em vista o aumento do valor do barril de petróleo.

⁴ De acordo com esse princípio, alterações de impostos só produzem efeitos no exercício financeiro seguinte ao exercício em que forem editadas (CF/88, art. 62, § 2º).

TABELA 15. COMPOSIÇÃO DO RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL – LOA X PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA (R\$ MILHÕES E % PIB)

Discriminação	2018				Variação	
	LOA		Programação financeira		Programação - LOA	
	Valores	% PIB	Valores	% PIB	Valor	%
RECEITA TOTAL	1.462,1	21,0	1.460,7	21,0	-1,4	-0,1
Receita Administrada pela RFB (líquida de incentivos fiscais)	890,3	12,8	880,9	12,7	-9,3	-1,0
Arrecadação Líquida para o RGPS	405,3	5,8	403,3	5,8	-2,1	-0,5
Receitas Não Administradas pela RFB	166,5	2,4	176,4	2,5	10,0	6,0
TRANSF. POR REPARTIÇÃO DE RECEITA	244,2	3,5	243,9	3,5	-0,4	-0,1
RECEITA LÍQUIDA	1.217,8	17,5	1.216,8	17,5	-1,0	-0,1
DESPESA TOTAL	1.373,4	19,8	1.371,6	19,7	-1,7	-0,1
Despesas Obrigatórias	1.106,3	15,9	1.105,0	15,9	-1,3	-0,1
Benefícios Previdenciários	596,3	8,6	592,4	8,5	-3,9	-0,6
Pessoal e Encargos Sociais	296,9	4,3	302,6	4,4	5,6	1,9
Abono e Seguro Desemprego	62,6	0,9	56,9	0,8	-5,7	-9,1
Compensação ao RGPS pelas Desonerações da Folha	11,5	0,2	12,3	0,2	0,8	6,8
Créditos extraordinários	0,0	0,0	1,2	0,0	1,2	-
FUNDEB (Complem. União)	14,1	0,2	13,7	0,2	-0,3	-2,3
Sentenças Judiciais e Precatórios - OCC	14,6	0,2	15,1	0,2	0,5	3,4
FIES	5,3	0,1	3,8	0,1	-1,5	-28,0
Subsídios, Subvenções e Proagro	20,3	0,3	22,3	0,3	1,9	9,4
Outras Despesas Obrigatórias	84,7	1,2	84,8	1,2	0,0	0,1
Despesas com controle de fluxo	267,1	3,8	266,6	3,8	-0,4	-0,2
RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL	-155,5	-2,2	-154,8	-2,2	0,7	-

Fonte: Ministério do Planejamento. Elaboração: IFI.

A Tabela 16, no final do relatório, compara, em detalhe, as projeções atualizadas do orçamento e da IFI para 2018, tendo como referência nosso cenário base, cujas premissas foram explicitadas em tópico específico. Vale reforçar que, para este ano, a estimativa da IFI é de um déficit de R\$ 148,2 bilhões, R\$ 6,5 bilhões inferior, portanto, à projeção atual do governo. A diferença se explica, basicamente, pelo montante das despesas, em particular as relativas a benefícios previdenciários e abono salarial e seguro desemprego, 1% e 8% abaixo das estimativas do governo, respectivamente.